



Reflexões sobre experiências de Residência Pedagógica no Brasil

Thought about Pedagogical Residency experiences in Brazil

Reflexiones sobre experiencias de residencia pedagógica en Brasil

Jorsinai de Argolo Souza¹

Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Ba, Brasil

Rosemary Lapa de Oliveira²

Professora da Universidade Estadual da Bahia, Salvador/Ba, Brasil

Recebido em:22/07/2021

Aceito em:30/08/2021

Resumo

Esta pesquisa bibliográfica tem por objetivo levantar reflexões teórico-metodológicas sobre a Residência Pedagógica (RP) no Brasil. Assim, apresenta histórico da implementação da RP no país, trazendo informações de fontes básicas publicadas em um conjunto de teses, dissertações e artigos científicos no período de 2010 a 2021, contemplando aspectos históricos, políticos, ideológicos, pedagógicos e suas relações com a formação de professores. Conclui-se que se faz necessário ampliar as pesquisas sobre a finalidade da RP na formação inicial, continuada e de iniciação à docência, considerando as diferentes concepções sobre conhecimentos teóricos e práticos que caracterizam a RP, identificando se há intenções de fragmentar ou unir a teoria e a prática na formação dos licenciandos.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Formação de professores. Políticas Públicas.

Abstract

This bibliographical research aims to raise theoretical and methodological thought about the Pedagogical Residency (RP) in Brazil. Thus, it presents a survey on the history of PR implementation in the country, bringing information from basic sources published in a set of theses, dissertations and scientific articles from 2010 to 2021, covering historical, political, ideological, pedagogical aspects and their relations with the formation of teachers. It is concluded that it is necessary to expand research on the purpose of PR in initial, continuing and teaching initiation training, considering the different conceptions of theoretical and practical knowledge that characterize PR, identifying whether there are intentions to fragment or unite the theory and practice in the training of undergraduates.

Keywords: Pedagogical Residence. Teacher training. Public policy.

Resumen

Esta investigación bibliográfica tiene como objetivo suscitar reflexiones teóricas y metodológicas sobre la Residencia Pedagógica (RP) en Brasil. Así, presenta una encuesta sobre la historia de la implementación de las RP

¹ jasousa@uesc.br

² rloliveira@uneb.br

en el país, trayendo información de fuentes básicas publicadas en un conjunto de tesis, disertaciones y artículos científicos de 2010 a 2021., que abarcan aspectos históricos, políticos, ideológicos, pedagógicos y sus relaciones con la formación de los docentes. Se concluye que es necesario ampliar la investigación sobre la finalidad de las RP en la formación inicial, continua y de iniciación docente, considerando las distintas concepciones de conocimiento teórico y práctico que caracterizan a las RP, identificando si existen intenciones de fragmentar o unir la teoría y la práctica. en la formación de estudiantes de pregrado.

Palabras clave: Residencia Pedagógica. Formación de profesores. Políticas públicas.

Introdução

Este trabalho é fruto de pesquisa de doutoramento, em andamento, vinculada à Linha de Pesquisa Educação, Práxis Pedagógica e Formação do Educador do Programa de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e ao Grupo de Pesquisa e Estudo em Leitura e Contação de Histórias (GPELCH). A pesquisa em andamento apresenta como objeto de estudo a imersão dos licenciandos e das licenciandas nas escolas de Educação Básica, a fim de identificar como acontece a relação teoria e prática em sua formação, por meio de programas de iniciação à docência implantados em cursos de licenciatura, a saber o Residência Pedagógica (RP) na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Sustentadas pelo desafio de levantar reflexões sobre experiências de RP no Brasil, as considerações aqui trazidas centram-se no mapeamento e discussão de produção acadêmica/científica sobre a RP por meio de levantamento de aspectos históricos, políticos, ideológicos, pedagógicos e suas relações com a formação docente. Tomamos como fontes básicas de referência artigos científicos, teses e dissertações sobre a Residência Pedagógica (RP) no Brasil, no período de 2010 até 2021, buscando informações em repositórios de universidades públicas e sites acadêmicos como Scielo e Google Acadêmico.

O levantamento ou revisão de obras publicadas demanda dedicação, estudo e análise pelo pesquisador e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico. De acordo com Gil (2002, p. 17), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, estes últimos, materiais privilegiados de estudo neste texto. Mas a pesquisa bibliográfica não pode ser mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, ela propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem. Nessa direção, o presente trabalho apresenta-se como pesquisa bibliográfica em fontes primárias, cujas informações produzidas, por meio dos materiais acadêmico-científicos, foram analisadas a partir do enfoque analítico do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), possibilitando o resgate da

historicidade desses materiais (teses, dissertações e artigos científicos) no sentido de desvelar conflitos, dissonâncias, interesses e ideologias que estão por detrás do fenômeno ora estudado.

Essa concepção de historicidade, totalidade e contradição nos permite situar o programa de RP no contexto da política de formação de professores, apontando caminhos já percorridos e caminhos a serem percorridos no sentido de ampliar horizontes de reflexão sobre a formação inicial de licenciandos e licenciandas. Com o avanço das concepções neoliberais no processo de definição de políticas educacionais, sobretudo a partir da década de 1990, a utilização do MHD apresenta-se como o enfoque analítico mais apropriado e que mais contribui para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo de investigação.

O levantamento foi realizado por meio da busca no Google Acadêmico³, um mecanismo virtual de busca por gêneros textuais acadêmicos que organiza e lista textos em variados formatos, voltado exclusivamente para a literatura acadêmica. O serviço funciona como uma ferramenta de sistema do Google (empresa multinacional de serviços on-line e software originada e sediada nos Estados Unidos), que possibilita o acesso a um acervo de artigos científicos, teses de doutorado, resumos, livros etc. Para esta busca específica, foi utilizado, inicialmente, unicamente o descritor Residência Pedagógica. Após os resultados da busca realizada, selecionamos os artigos científicos para a leitura do título, do resumo e do texto completo de alguns deles, os quais apresentavam, em seus resumos, o foco do trabalho na formação inicial de licenciandos e licenciandas. Identificamos, a partir de informações desses artigos, a necessidade de ampliar o campo de descritores e incluímos residência educacional e residência docente.

Para a busca das teses e dissertações, definimos a pesquisa no Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2010 até 2021.

Após o levantamento dos artigos, das teses e dissertações identificamos no Brasil a existência de experiências de RP que perpassam pela formação inicial, formação continuada e iniciação à docência, o que nos levou a definir o caminho que seguiríamos no que diz respeito às informações produzidas por meio desse estado da arte do conhecimento.

Decidimos não informar o título das teses, das dissertações e dos artigos selecionados, bem como os objetivos e resultados, porque acreditamos que elencar as experiências de RP, encontradas nas produções acadêmicas, é mais relevante na medida em que há fragilidades acerca da RP no Brasil que vão desde a nomenclatura, naquilo que representa cada conceito (Residência Pedagógica, Residência

³ Disponível em <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em 19 ago. 2021.

Docente, Residência Educacional), até as finalidades diversas das experiências brasileiras, relacionadas à formação inicial, continuada e iniciação à docência.

Desse modo, foram encontrados textos sobre RP no período de 2010 até 2021 que abordam o seu desdobramento no Brasil na pesquisa educacional, em aspectos políticos, ideológicos e pedagógicos por meio da sua origem, evolução e realização. Para tanto, apresenta, inicialmente, questões legislativas que envolveram a trajetória histórica da RP no Brasil, seguidas das experiências de RP encontradas nos artigos científicos, nas teses e dissertações e das considerações finais.

Trajectoria da Residência Pedagógica no Brasil: aspectos históricos e legais

A princípio, ao falarmos de RP nos remetemos à ideia de Residência Médica, ou seja, uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada aos médicos e que, sob a forma de cursos de especialização, é caracterizada por treinamento em serviço.

E, realmente, o primeiro registro brasileiro de RP foi inspirado na Residência Médica em um projeto apresentado pelo Senador Marco Maciel, do Partido Democratas (DEM) em 2007, mas não foi aprovado. Contudo, em 2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou o Projeto do Senador Ricardo Ferraço do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) de oferecer a RP como etapa ulterior de formação inicial.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227, apresentado pelo Senador Marco Maciel, propôs o acréscimo de dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir a Residência Educacional a professores da educação básica. O texto do PLS nº. 227/2007 propunha-se instituir a RP como obrigatoriedade aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando-a como “etapa ulterior de formação, com o mínimo de oitocentas horas de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei” (BRASIL, art. 65, 2007).

O PLS chegou a ser discutido em audiência pública, em 2009, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), mas não foi votado, sendo arquivado em 2011. Em 2012, o senador Blairo Maggi, PR/MT, apresenta ao Senado Federal, adaptando o texto original, o PLS nº 284/12, propondo o resgate do projeto anterior, porém, com adaptações: substituição do termo Residência Educacional, utilizado no PLS nº 227, de 2007, por Residência Pedagógica e a alteração da Lei nº 9.394/1996 (LDB) no que tange à carga horária de duração do programa. Sendo assim, o texto final da Lei acresce ao artigo 65 da LDB no parágrafo único:

Aos professores habilitados para a docência na educação básica será oferecida a *residência pedagógica*, etapa ulterior de formação inicial, com o *mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas de duração*, e bolsa de estudo, na forma da lei (BRASIL, 2012, grifo nosso).

Inclusive, essa alteração está de acordo com as reivindicações de especialistas e dos representantes de várias entidades educacionais. Esse cálculo de 1600 horas refere-se ao que o Ministério da Educação defende para atender um modelo que una atividades nas escolas de educação básica e atividades de estudo, planejamento nas instituições formadoras: “a residência demanda jornada integral de 8 horas diárias, das quais pelo menos 4 horas para as atividades de magistério e mais 4 horas para estudos. Assim, considerando-se os 200 dias letivos que a LDB exige para a educação básica, uma vez feita no curso de um ano, a residência demandará, no mínimo, 1.600 horas” (BRASIL, 2014b, p. 4).

Em 08 de maio de 2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou o PLS nº 6/2014 do senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES) que propunha a alteração na LDB, substituindo o termo RP por Residência Docente e a divisão das 1.600 horas em dois períodos com duração mínima de 800 horas. Portanto, a Comissão de Educação do Senado propôs a alteração da redação do parágrafo único do art. 65 da LDBEN/96, através da Emenda nº 1, de 13 de maio de 2014, na seguinte conformidade:

Parágrafo único. Aos professores habilitados para a docência na educação básica será oferecida a *residência pedagógica*, etapa ulterior de formação inicial, com o mínimo de mil e seiscentas horas de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei (BRASIL, 2014).

Percebe-se que nas propostas apresentadas em 2007, 2012 e 2014 a RP se estabeleceria como uma fase posterior à formação inicial do profissional habilitado para atuar na docência da educação básica, ou seja, como formação continuada.

É importante registrar que em 2008 o Ministério da Educação (MEC), via CAPES, agência governamental brasileira de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, regulamentou o primeiro edital que apresenta a RP com a concepção de iniciação à docência, nos moldes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) desenvolvido em universidades brasileiras.

Experiências de Residência Pedagógica divulgadas em teses, dissertações e artigos científicos

No recorte temporal de 2010 até 2021 de teses, dissertações e artigos científicos identificamos

que está explícita a preocupação com reflexões sobre a formação de professores envolvendo algum tipo de formação prática que tenha sido inspirada por alguma ideia de RP relacionando-a com: a tramitação do Projeto de Lei (SOBREIRA, 2010); a formação inicial para professores da Educação Básica (POLADIAN, 2014; CAMPOS, 2014; CONCEIÇÃO, 2018; BARBEDO, 2018; FARIA, 2018; MOLINÁRIO, 2019); a formação continuada (FONTOURA, 2017; 2011a; 2011b; COSTA, 2015; LIMA, 2016; GUEDES, 2018; PRADO, 2020) e a iniciação à docência (SILVA, 2019; FERREIRA, 2020; ALMEIDA, 2020; CAVALCANTE, 2021).

Percebemos que as pesquisas mais recentes sobre RP estão vinculadas à iniciação à docência por conta dos editais 2018 e 2020 da CAPES, que autorizam as Instituições de Ensino Superior a implementarem projetos institucionais de residência pedagógica.

Identificamos, ainda, um número maior de dissertações, com apenas duas teses em 2018. Isso reforça a relevância do nosso objeto de estudo e suas contribuições para o campo de formação de professores, principalmente o debate sobre a relação teoria e prática na RP.

Dando continuidade à pesquisa, apresentaremos as experiências de RP no Brasil relativas à formação inicial, continuada e de iniciação à docência, bem como as considerações realizadas pelos pesquisadores e entidades.

A primeira experiência de RP na formação inicial de professores é o Programa de Residência Pedagógica, implementado desde 2009, no curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que articula a formação inicial à formação continuada de professores atuantes nas escolas públicas da cidade de Guarulhos que estabeleceram acordos de Cooperação Técnica com a UNIFESP.

Brzezinski (2016) denuncia que essas instituições que oferecem a residência pedagógica em forma de estágio supervisionado curricular na graduação estão em contradição ao preceito legal da Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014a). A autora ainda indica que são casos que requerem maiores investigações pelo MEC, inclusive “verificação in loco de avaliadores oficiais regulamentados pelo Sistema Nacional de Avaliação de Instituições de Ensino Superior (SINAES) e ações dos Conselhos Nacional e Estaduais” (BRZEZINSKI, 2016 p. 28). Indica, portanto, que esse debate ainda precisa ser travado no âmbito da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e em Plenário, no Conselho Nacional de Educação (CNE), entre outras instâncias, porque há um grande equívoco nessa coibição, que colide com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

Outra experiência de RP é a desenvolvida pelo colégio de aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais no Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional (CP). No Projeto Imersão Docente, os licenciandos realizam a imersão nessa própria escola-campo, por meio de efetivo exercício

da docência, de forma orientada. Sendo assim, o projeto está vinculado a uma proposta de imersão de licenciandos no contexto de uma escola, diferindo do modelo adotado pela UNIFESP na medida em que não está atrelado ao modelo de estágio curricular obrigatório proposto para todos os estudantes de licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais. (FARIA, 2018).

Em Jundiaí (SP), no ano de 2014, a prefeitura municipal firmou parcerias com três universidades particulares da cidade e estruturou um Programa de Estágio Remunerado oferecendo salários no valor de R\$ 950,00 para 225 estagiários das áreas de Pedagogia, Letras, Psicologia e Educação Física, com carga horária diária de 5h, a fim de auxiliar os professores nas atividades do cotidiano escolar e da sala de aula. O projeto não teve continuidade. (SILVA; CRUZ, 2018).

No Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI), localizado em Ivoti, município do Rio Grande do Sul (RS), desde 2008, jovens matriculados na instituição migram para outras cidades do país para realizar estágio supervisionado com duração de uma semana em colégios da rede Sinodal de Educação (Rede de escolas ligadas à Igreja Luterana). Inclusive, durante esse período, ficam hospedados nas casas dos professores de cada unidade (SILVA; CRUZ, 2018).

Vale registrar, também, a experiência no Estado de São Paulo, mesmo com a suspensão do programa em 2014. A experiência foi desenvolvida em uma perspectiva de política pública, com a intenção de aprimorar a qualidade do ensino em escolas estaduais consideradas prioritárias, devido aos baixos índices de desempenho escolar atestados no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Os estudantes de cursos de licenciatura recebiam bolsa-estágio e auxílio-transporte para realizar o estágio curricular obrigatório nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em uma única escola, com carga horária diária de 06 horas, perfazendo um total de 15 horas semanais, durante 12 meses (FARIA, 2018).

No que diz respeito às experiências de formação continuada, a Capes (2013) instituiu o Programa de Residência Docente em uma perspectiva de “projeto-piloto de indução profissional” com o objetivo de “[...] aprimorar a formação do professor da Educação Básica recém-formado, oferecendo formação continuada, por meio do desenvolvimento de competências docentes in loco, ampliando a formação recebida nas Instituições de Ensino Superior [...]”. (BRASIL, CAPES/UNESCO, 2013, p.2)

Uma das escolas de aplicação a ser contemplada por essa portaria da Capes foi o Colégio Pedro II que ofereceu a residência docente para professores da rede pública com diploma de Licenciatura Plena e que atuem em qualquer das áreas/disciplinas oferecidas na Educação Básica, do 1º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. Esses professores, assim como os professores doutores ou

mestres do Colégio Pedro II que os orientam, recebem bolsa com duração máxima de nove meses, devendo cumprir o mínimo de 500 horas de atividades. Ao final do curso, o residente-docente que atende a todos os requisitos recebe o título de Especialista em Docência do Ensino Básico em sua área específica de atuação (Pós-Graduação Lato Sensu). A organização, a orientação e a avaliação dessas atividades, bem como o processo seletivo dos participantes do Programa são regulamentados por Editais Públicos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Colégio Pedro II. O professor deve disponibilizar um a dois turnos semanais para desenvolver atividades docentes e administrativo-pedagógicas em dia de aula de sua disciplina no campus do Colégio Pedro II, um turno semanal para desenvolvimento de atividades em formação continuada e 70 horas no ano letivo de sua instituição de origem, para aplicação de projetos desenvolvidos no âmbito do Programa. (FARIA, 2018).

Nos mesmos moldes propostos por essa Portaria da Capes que instituiu o Programa Residência Docente do Colégio Pedro II, desenvolveu-se também o Projeto Residência Docente do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG), citado acima. Esse projeto foi aprovado pela Capes ao final de 2013 e passou a funcionar no CP/UFMG em 2014, atendendo inicialmente a 56 professores da rede municipal de ensino de Contagem, devido a um acordo estabelecido com a Secretaria de Educação desse município. (FARIA, 2018).

Outra proposta de formação continuada envolvendo a ideia de residência foi encontrada em trabalhos acadêmicos⁴, que relatam a experiência e/ou apresentam resultados de uma investigação-ação com professores egressos da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em São Gonçalo, cujo objetivo foi “investigar os percursos formativos e os processos de inserção profissional de um grupo de egressos formados em Pedagogia na FFP/UERJ, que chamamos residência pedagógica.” (FONTOURA, 2011a, p. 11).

Além das experiências de formação inicial e continuada supramencionadas, a CAPES lançou em março de 2018, por meio do Edital 6/2018, uma seleção para Instituições do Ensino Superior (IES) públicas, privadas sem fins lucrativos ou privadas com fins lucrativos que possuam cursos de Licenciatura participantes do Programa Universidade para Todos, para “implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica” (CAPES, 2018, p. 1).

O edital da CAPES faz parte da Política Nacional de Formação de Professores com ações relacionadas à formação inicial e continuada, lançada em outubro de 2017, durante o Governo de

⁴ (FONTOURA, 2011a, 2011b).

Michel Temer.

O Programa Residência Pedagógica consiste no ingresso dos estudantes, a partir do terceiro ano da licenciatura, na escola de educação básica, denominada escola-campo, com o intuito de aprender com a prática por meio da imersão nas situações concretas do cotidiano da escola e da sala de aula. Os licenciandos (residentes) são acompanhados por um professor da educação básica (preceptor), que leciona na escola-campo e orientado por um docente da instituição de ensino superior. Dentre os objetivos do programa, destacamos:

I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias (BRASIL, 2018) [...]

Salientamos que há divergências, convergências e conflitos em relação à RP envolvendo o MEC, os professores, os licenciandos, os pesquisadores e as entidades científico-representativas, tais como: a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa (ANPED) e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) advoga que a residência pedagógica deve ser oferecida como política educacional de Estado a todos os licenciados que atuam na educação básica pública, sob os princípios, processos e procedimentos de formação continuada, para os professores iniciantes e não ser restrita aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (BRZEZINSKI, 2016). A autora ainda sinaliza que a RP deve ser realizada imediatamente após o ingresso do licenciado nos sistemas educacionais da educação básica e que se submeteu a concurso público de provas e títulos.

Discute-se, também, a questão de professores iniciantes contar com a possibilidade de serem acompanhados, orientados e avaliados por uma equipe de professores mais experientes, de modo sistemático, por um certo tempo, considerando o espaço escolar como campo de formação e desenvolvimento profissional.

Para a ANPED, o programa de residência pedagógica é uma estratégia do MEC para enxertar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos programas de formação inicial, conforme prevê o Item 4 do edital no que se refere aos propósitos do programa “promover a adequação dos currículos de formação inicial dos cursos de professores da educação básica às orientações da BNCC” (Edital CAPES, 06/2018). Segundo a CAPES/MEC, os cursos de formação inicial são muito teóricos e a solução oferecida seria o

Programa de Residência Pedagógica com a intenção de reorientá-los para a aplicação prática da BNCC por meio da adequação dos currículos, ferindo a autonomia universitária, ao induzir nas IES projetos institucionais de formação que destoam das concepções de formação docente presentes nos seus próprios projetos pedagógicos.

Nessa direção, Gatti (2011, p. 206) aponta que “um curso de graduação não tem condições de formar completamente um profissional, mas é de sua responsabilidade oferecer uma formação básica adequada [...]”. Continua afirmando que [...] “não há consistência em uma profissionalização sem a constituição de uma base sólida de conhecimentos e formas de ação.”

No bojo desse debate sobre as convicções de que os acadêmicos poderão ter a oportunidade de conhecer a sua área de atuação futura somente colocando-se em contato com a prática pedagógica, vivenciando-a, é que se insere a Residência Pedagógica no Brasil, envolvendo as experiências tanto de formação inicial quanto de formação continuada, bem como os debates acerca do Edital da CAPES de 2018 e de 2020. Necessário se faz, portanto, identificar nas experiências brasileiras elementos que sinalizem as concepções do que é formar o professor para a educação básica.

Considerações finais

A realização deste levantamento de reflexões sobre experiências de RP no Brasil, no período de 2010 a 2021, possibilitou uma visão geral no que se refere à produção de artigos, teses e dissertações, registradas no banco de dados do IBICT, da CAPES, do Scielo e do Google Acadêmico.

As informações produzidas nos levaram a concluir que há um campo aberto para estudos e pesquisas sobre a RP no Brasil, devido ao número reduzido de produções sobre a temática, principalmente em teses. Outro fator que aponta a necessidade de ampliação das pesquisas diz respeito à fragilidade na nomenclatura e naquilo que representa cada conceito referente a RP - Residência Pedagógica, Residência Docente, Residência Educacional. Ainda, a falta de clareza a respeito do Projeto de Lei aprovado em 2007, bem como as contradições teóricas sobre a relação teoria e prática presentes nos Editais da CAPES de 2018 e de 2020. E, finalmente, as finalidades diversas sobre a RP expressas nas experiências brasileiras, relacionadas à formação inicial, continuada e iniciação à docência. Inclusive, as experiências de formação para professores, via RP, com suas contradições, avanços, retrocessos nos colocam a necessidade de estarmos atentos sobre que concepções de teoria e de prática permeiam os programas de iniciação à docência, considerando que há um privilégio dos conhecimentos oriundos do

cotidiano escolar.

Entendemos, portanto, ser necessário analisar a RP a partir da leitura de que nas universidades a prioridade é oferecer aos licenciandos uma sólida base teórica e que a formação prática não acontece na mesma proporção. Essa afirmativa foi usada tanto no Projeto de Lei inicial para a RP quanto nos editais da Capes de 2018 e 2020, afirmando que um dos objetivos do programa é “induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso (BRASIL, 2020).

A preocupação é com a fragmentação da unidade teoria e prática e com a noção espontânea de práxis, relacionada às atividades que são produtivas, que satisfazem necessidades imediatas, limitando-as à sua característica utilitária material. Sendo assim, acredita-se que toda a atividade teórico-filosófica é desnecessária por não apresentar nenhuma utilidade prática imediata. Por outro lado, preocupa-nos, também, o teorismo de uma formação acadêmica distante da realidade sócio-histórica.

Dessa forma, a noção espontânea de práxis, limitada pelo seu cotidiano inserido num determinado contexto social sem o fundamento teórico-filosófico necessário, delimita a atividade dentro desse espectro da práxis simplesmente como prática. Portanto, essa separação entre a teoria e a prática compromete uma formação docente emancipatória e transformadora.

Nessa direção, identificar a concepção de RP é relevante para identificarmos se há intenções de fragmentar ou unir a teoria e a prática na formação dos graduandos.

Referências

ALMEIDA, Marcila de. **Residência pedagógica**: as representações docentes dos licenciandos em história a partir da música. 2020. 325 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores - PPGPPF) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

BARBEDO, Isabela Djanina. **Programa de Residência Pedagógica - UNIFESP**: um estudo da inserção profissional à docência. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em; http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 15 out 2021

BRASIL. **Edital CAPES 06/2018** que dispõe sobre a Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica> Acesso em: 15 out 2021

BRASIL. **Edital CAPES 01/2020** que dispõe sobre a Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-resid-c3-aancia-pedag-c3-b3gica-pdf>. Acesso em 15 out 2021

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Nº 227**, de 2007 sobre a Residência educacional para professores da Educação Básica, de autoria do Senador Marco Marciel. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4781776&ts=1630446171631&disposition=inline>. Acesso em: 15 out 2021

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Nº 284**, de 2012 sobre a “residência pedagógica” do Senador Blairo Maggi que altera o projeto de Lei n. 277, de autoria do senador Marco Marciel. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106800>. Acesso em 15 out 2021

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Nº 06**, de 2014 que dispõe sobre a “residência pedagógica do Senador Ricardo Ferraço que altera a Lei 9394/96. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4611821&ts=1630438298198&disposition=inline>
Acesso em: 15 out 2021

BRZEZINSKI, Iria. A inserção de professores iniciantes nos sistemas educacionais da Educação Básica: pontos e contrapontos da residência pedagógica. *In: SOUZA, Flávia Dias (Org.). Professores principiantes e a inserção à docência: contextos, programas e práticas formativas.* Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

CAMPOS, Rosane Cassia Santos. Projeto residência docente: espaço de ação/reflexão sobre a prática do professor de Língua Portuguesa. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 6, 2014, Uberlândia. Anais eletrônicos.* Uberlândia: EDUFU, 2014.

CAVALCANTE FILHO, Sergio Morais. **Metodologias ativas no Programa de Residência Pedagógica: uma abordagem da aprendizagem baseada em projetos para o ensino de matemática.** 2021. 206 f. Tese (Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores - PPGPPF) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.

CONCEIÇÃO, Carla Patrícia Ferreira da. **A inserção profissional do egresso do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2018.

COSTA, Luciana Laureano. **Residência Pedagógica: Criando caminhos para o desenvolvimento profissional docente.** 2015. 128 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

FARIA, Juliana Batista. **O naufrágio, o baile e a narrativa de uma pesquisa: experiências de formação de sujeitos em imersão docente.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2018.

FERREIRA, Samuel Giovanni dos Santos Ferreira. **Residência para a formação de professores no Brasil: certificação de competências e conformação docente.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

FONTOURA, Helena Amaral. da. Percursos de formação e experiências docentes: um estudo com egressos do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. *In: FONTOURA,*

Helena Amaral. (org.) **Residência Pedagógica**: percursos de formação e experiências docentes na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Niterói: Intertexto, 2011b. p. 11-23.

FONTOURA, Helena Amaral da. Residência Pedagógica: investigação-ação com professores egressos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. *In: Revista de Educação Pública*, v. 20, n. 43, p. 307-372, maio/ago. 2011a.

FONTOURA, Helena Amaral. Formação de professores para a justiça social: uma reflexão sobre a docência na Residência Pedagógica. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação* [online], v. 12, n. 1, p. 120-133, 2017.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, Luísa Azevedo. **Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II**: escritas de formação na área dos anos iniciais do ensino fundamental. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

LIMA, Rogério Mendes de. Novos caminhos na formação continuada de professores de Sociologia: Reflexões sobre o Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II. *Revista Perspectiva Sociológica* [online]. Número Especial, p. 99-111, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOLINÁRIO, Jorge de Souza. **Programa de residência docente do Colégio Pedro II**: diálogos e conhecimento profissional de professores de Educação Física. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em) - Universidade Federal de Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

PANIZZOLO, Claudia *et al.* Programa de Residência Pedagógica da UNIFESP: avanços e desafios para a implantação de propostas inovadoras de estágio. *In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA DE ENSINO*, 16, 2012, Campinas., **Anais...**, l. 2, p. 221-233. Campinas: Junqueira & Marin Editores, 2012.

POLADIAN, Marina Lopes Pedrosa. **Estudo sobre o Programa de Residência Pedagógica da UNIFESP**: uma aproximação entre universidade e escola na formação de professores. São Paulo, 2014.

PRADO, Beatriz Martins dos Santos. **Programa de residência pedagógica/CAPES**: formação diferenciada de professores em cursos de pedagogia? 2020. 312 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, Universidade Católica de Santos, 2020. 312 f.

SILVA, Nathalya Marillya de Andrade. **O conceito de natureza a partir das representações sociais dos participantes da residência pedagógica**. 2019. 80 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento: diálogos em educação**, E-

SOBREIRA, Jéssica Lobo. **Desafios para uma formação inicial qualificada dos profissionais da educação sobre a prática do ensino**: um estudo sobre o Projeto de Lei de Residência Pedagógica. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. 188 f.